IMPRESSO
Remetente: Rua Otávio Corrêa, 45 – Cidade Baixa
90050-120 – Porto Alegre – RS

**Professores da Ufrgs rejeitaram a primeira proposta** *apresentada pelo MEC, depois de quase dois meses de greve, e decidiram manter a paralisação. Na assembléia do dia 19, foi aprovada uma contraproposta que exige, entre outras coisas, a incorporação das gratificações, especialmente da GAE. Na avaliação dos docentes da Ufrgs, a proposta do governo federal está muito distante das reivindicações que motivaram a deflagração do movimento grevista.*

Página 3

UFRGS

# Gratuidade no Ensino de Pós-Graduação

Arte de Mario Guerreiro

Nesta edição, os professores Hélgio Trindade, Paolo Livotto, Jorge Quillfeldt e Sérgio Bampi falam da questão da gratuidade no Ensino de Pós-Graduação da Ufrgs. Polêmico, o tema vem sendo tratado por duas comissões no âmbito da Universidade. Outros documentos podem ser acessados no sítio *www.adufrgs.org.br*.

Páginas 6 a 9

Cristina Lima

# O tempo urge

*A defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, de qualidade e socialmente referenciada está no centro da luta dos professores das instituições de Ensino Superior. Deste ponto de vista, a questão da gratuidade no Ensino de Pós-Graduação é um tema que diz respeito a todos os docentes. Nesta edição, dedicamos quatro páginas ao debate, que também pode ser acompanhado através do sítio www.adufrgs.org. br. A proposta surgiu de um grupo de professores, preocupados com a forma restrita com que esta questão, de extrema importância para o futuro da Universidade, vem sendo tratada na Ufrgs.*

*Em uma mensagem enviada aos docentes (pela Internet), os autores da proposta conclamam os professores a se engajarem na discussão. Além de alertar a categoria para a importância do debate, o texto relata as iniciativas que levaram à criação de duas comissões encarregadas de propor normas para a prestação de serviços no Pós-Graduação. Vários documentos já estão disponíveis no sítio da Adufrgs. Outros textos de contribuição podem ser disponibilizados a qualquer momento. Nesta edição do Adverso, os professores Hélgio Trindade, Paolo Livotto, Jorge Quillfeldt e Sérgio Bampi expressam suas opiniões sobre o assunto, a partir de perguntas elaboradas pelo grupo de professores que chama o debate.*

*O tempo urge, a universidade pública está em jogo. Um amplo debate precisa ser feito já. Não podemos permitir que este patrimônio da Nação, essencial à soberania do nosso País, seja destruído por decurso de prazo.*

# OBSERVATÓRIO

## Filhotes modificados geneticamente

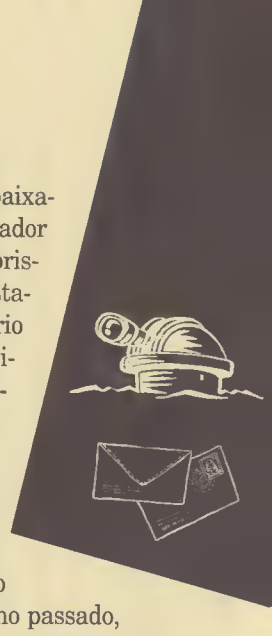
Inúmeras empresas especializadas em transgênicos estão fazendo experimentos com animais domésticos. A companhia norte-americana Transgenic Pets está desenvolvendo um gato antialérgico. Em dois anos, a Transgenic Pets espera colocar no mercado os primeiros filhotes. Grupos em defesa dos direitos animais alertam para os perigos deste tipo de experimento. Além da alta taxa de mortandade dos animais de laboratório (90%), o risco de comprometer os espécimes não alterados é grande. Os críticos também chamam a atenção para a ganância e falta de ética dos cientistas. A preocupação tem sido com o mercado, abastecendo-o com animais exóticos. Um dos pesquisadores da Transgenic Pets declarou que se houver demanda, já é possível fornecer até mesmo um cachorro azul.

## Nobel para destruidor de economias

O vencedor do Prêmio Nobel de Economia deste ano é Joseph Stiglitz, antigo Economista Chefe do Banco Mundial. Ele é acusado, entre outras coisas, de ajudar o FMI e o Tesouro dos Estados Unidos a fraudar as eleições presidenciais na Rússia. Como executivo do Banco Mundial, foi o responsável por um plano econômico que jogou 51% da população do Equador abaixo da linha da pobreza. Demitido em 1999, passou a fazer parte da equipe de Bill Clinton, como líder da sua equipe de economistas. Em entrevista ao jornalista inglês Greg Palast, Stiglitz deixou escapar os métodos de abordagem do Banco Mundial e do FMI: "O primeiro passo é a privatização. E você pode ver os olhos dos presidentes brilhando, na expectativa de ganhar comissões de 10%, depositadas em contas na Suíça. Tudo o que eles precisam fazer é abater alguns bilhões nos preços das empresas estatais que vão ser vendidas".

## Países andinos na mira dos EUA

Segundo o sítio mexicano Ciberoamérica (ciberoamerica.com.mx), os Estados Unidos estão preparando uma estratégia antiterrorista para o Ocidente, enfocada principalmente na Colômbia, país que tem três organizações catalogadas como "terroristas" pelo Departamento de Estado: as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), o Ejército de Liberación Nacional (ELN) e as Autodefensas Unidas de Colombia (AUC, os paramilitares). A iniciativa, a primeira desse tipo para encarar a violência no continente americano, estaria pensada também para o resto dos países da região andina. Em declarações ao diário El Tiempo, o embaixador Francis Taylor, coordenador do Escritório contra o Terrorismo do Departamento de Estado, revelou: "Meu escritório está trabalhando com as diferentes agências do governo (estadunidense) para elaborar uma estratégia antiterrorista para a Colômbia e outros países andinos. Esta estratégia vai complementar o Plano Colômbia, que iniciou no ano passado, e a Iniciativa Regional Andina (IRA, que destina 730 milhões de dólares para a luta contra o narcotráfico)".



## Frio e fome no Afeganistão

Uma nova tragédia ronda o povo do Afeganistão. A fome e o frio que se aproximam podem levar o país ainda mais ao fundo do poço. Será uma crise comparável à de Ruanda que, sem ações do Ocidente, levou à morte centenas de milhares de pessoas em 1994. Isso é o que adverte a alta comissionada das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a irlandesa Mary Robinson. Ela afirmou, conforme a revista eletrônica mexicana La Jornada (lajornada.org) que até sete milhões de pessoas estão em perigo de morte no Afeganistão, devido à fome, que será maior ainda durante o inverno que se aproxima. Segundo ela, é necessária uma ação forte dos países ricos para evitar que a população afegã se converta no maior número de vítimas dos atentados de 11 de setembro no Estados Unidos. As declarações de Mary Robinson foram dadas de Genebra, na Suíça, à BBC de Londres (Inglaterra), em que ela pediu uma "pausa" nos bombardeios para permitir a entrada de alimentos no Afeganistão.

## Habermas recebe prêmio da Paz

O filósofo alemão Jürgen Habermas recebeu dia 14 de outubro o Prêmio da Paz da Feira do Livro de Frankfurt e pediu diálogo entre as culturas. Em seu discurso, considerou que as raízes do terrorismo não estão apenas na pobreza do mundo, mas nos "sentimentos de humilhação". Habermas afirmou que "no terrorismo se expressa também um choque fatal de mundos e que, além da violência silenciosa dos terroristas, deveria ser desenvolvida uma linguagem comum entre os povos". Segundo os organizadores, o prêmio, um dos mais importantes na Alemanha, é um reconhecimento a Jürgen Habermas, que "transmitiu a mais de uma geração os conceitos chaves sobre a situação intelectual do momento".

ADVERSO

Publicação quinzenal
Impressa em papel Ecograph 75 gramas
Tiragem:5.500 exemplares
Impressão: Gráfica e Editora Comunicação Impressa Ltda.

**Produção e Edição**
Veraz Comunicação Ltda.
**Jornalistas responsáveis**
Zaira Machado (RJP 7812)
Paulo Cezar da Rosa (RJP 5808)
**Reportagem:** Jéferson Assumção, Vanessa Martins, Maricélia Pinheiro, Rodrigo Schwarz e Marco Aurélio Weissheimer
**Ilustrações:** Mario Guerreiro
**Diagramação:** Fabrícia Osanai

**Diretoria**
Presidente: Rubens Weyne;
1º Vice-Presidente: Marilene Schmarczek;
2º Vice: Félix González;
1º Secretário: Mário Wrege;
2ª Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Vanderlei Carraro;
1º Suplente: Tatiana Montanari;
2º Suplente: Carmem Lucia Bezerra Machado

ADufrgs
Seção Sindical da ANDES-SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS
Seção Sindical da ANDES-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: http://www.adufrgs.org.br

GREVE

# Professores encaminham contraproposta ao MEC

Professores da Ufrgs, em assembléia realizada no dia 19 de outubro, decidiram manter a greve deflagrada no dia 22 de agosto, depois de avaliarem a primeira proposta apresentada pelo governo federal desde o início da paralisação. Uma contraproposta, debatida durante a assembléia, foi encaminhada ao Comando Nacional de Greve (CNG). A expectativa é de que as negociações evoluam rapidamente para um entendimento com o Ministério da Educação, na medida em que os técnico-administrativos já fecharam acordo e aguardam apenas a aprovação do projeto no Congresso Nacional para retornarem ao trabalho.

A proposta do governo está muito distante da pauta de reivindicações encaminhada ao MEC. Pelo menos esta foi a avaliação do Comando Local de Greve (CLG), que defendeu a continuidade da paralisação e a construção de uma contraproposta. Na verdade, apenas o primeiro item proposto pelo MEC, a manutenção das contratações pelo RJU, atende às exigências da categoria, o que vem sendo considerado um ganho significativo do movimento. Ainda assim, na contraproposta, foi feito um adendo ao referido item, que trata da manutenção da aposentadoria integral e previdência pública. O cuidado se deve ao fato de que simplesmente a manutenção do RJU não impede que, no futuro, o governo implante o sistema de aposentadoria híbrida, como propôs fazê-lo agora, e recuou diante da negativa da categoria.

Ao segundo ponto, que trata da criação de um grupo para discutir o calendário de reposição das duas mil vagas já anunciadas antes da greve pelo governo, os professores acrescentaram a inclusão das seis mil que restam para recompor o quadro total de recursos humanos das IFES, assim como as das escolas de 1º e 2º graus. A categoria quer ainda a garantia de recursos no orçamento para que seja possível efetuar as contratações.

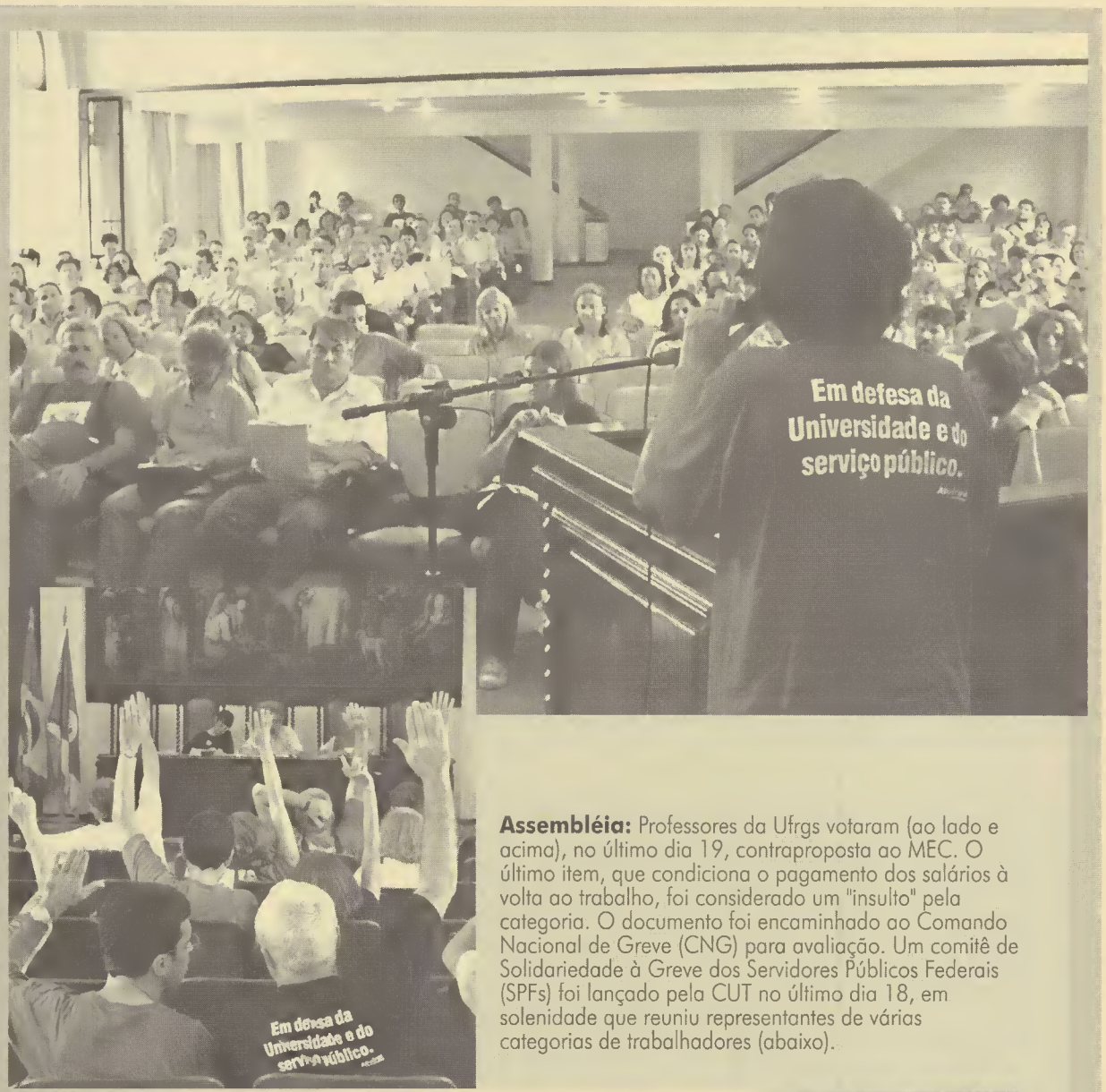
O reajuste de aproximadamente 30% nas gratificações (GED e GID), foi considerado "uma ilusão" pela maioria do Comando, porque não muda a situação salarial e aprofunda ainda mais as diferenças entre ativos e inativos. Rejeitado por unanimidade, o item gerou muita reflexão sobre qual incorporação traria mais ganhos para a categoria. Ao final, os professores optaram pela incorporação de todas as gratificações. A assembléia considerou um "insulto" o quarto ponto da proposta do MEC, que condiciona o pagamento dos salários a uma sinalização de fim de greve.

### *Negociações*

Menos de 24 horas depois de sentar-se à mesa com o Comando Nacional de Greve (CNG), no dia 26 de setembro, e se mostrar disposto a negociar, o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, anunciou o corte de salários dos servidores, como forma de pressioná-los a voltar ao trabalho. A atitude do governo federal levou à suspensão do diálogo, que só foi retomado no dia 17 de outubro, depois de muita pressão de parlamentares e da sociedade.

Diante do avanço nas negociações entre o governo e os técnico-administrativos, que receberam uma proposta do MEC e aceitaram analisá-la mesmo sem o salário de setembro, os professores votaram, no dia 10 de outubro, pela negociação imediata, independente do pagamento. A decisão dos docentes da Ufrgs, contudo, foi derrubada em Brasília, já que a maioria das ADs condicionou o retorno às negociações ao pagamento dos salários.

A posição de negociar sem salário foi reiterada na assembléia do dia 16 de outubro. Os professores aprovaram, ainda, a elaboração de uma moção de repúdio ao reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Henrique Vilhena, que, em uma entrevista à revista Veja, acusou de "corporativismo" os docentes das universidades federais.




**Assembléia:** Professores da Ufrgs votaram (ao lado e acima), no último dia 19, contraproposta ao MEC. O último item, que condiciona o pagamento dos salários à volta ao trabalho, foi considerado um "insulto" pela categoria. O documento foi encaminhado ao Comando Nacional de Greve (CNG) para avaliação. Um comitê de Solidariedade à Greve dos Servidores Públicos Federais (SPFs) foi lançado pela CUT no último dia 18, em solenidade que reuniu representantes de várias categorias de trabalhadores (abaixo).

*Fotos Cristina Lima*

### *Marcha dos "Sem"*

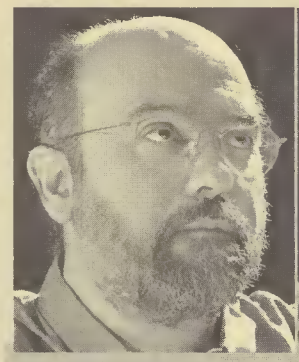
Como programação da greve, os professores da Ufrgs participam da Marcha dos "Sem", organizada pela CUT. O evento está marcado para o dia 26 de outubro, sexta-feira, juntamente com a "Marcha da Educação", que reunirá pessoas de todos os lugares do Brasil, presentes em Porto Alegre para o Fórum Mundial da Educação. A concentração acontece a partir das 10 horas, em frente ao Gigantinho.

FME

# Educação para um novo mundo

A educação como revolução, como força capaz de transformar a realidade. Educar, não para fornecer peças cada vez mais adequadas para o mercado de trabalho, mas a partir de uma idéia comum de humanidade, enfatizando a necessidade da solidariedade e de promover os valores humanos. O objetivo disso tudo é claramente subversivo, no melhor sentido da palavra. O mundo descamba para a violência e a exclusão, e sua lógica precisa ser subvertida até mesmo para a própria preservação da vida na Terra. Não é por acaso, então, que a idéia de um outro mundo, possível e necessário, fornece o eixo a partir do qual o Fórum Mundial de Educação se desenvolverá.

De 24 a 27 deste mês, Porto Alegre será sede deste que é o maior encontro de educadores do Planeta. Durante quatro dias – enquanto o mundo mete-se em nova guerra que pode desencadear uma violência jamais vista tanto de um lado quanto de outro – milhares de profissionais estarão discutindo em quatro eixos temáticos o papel da educação num mundo tomado pelos extremismos, incluindo os do mercado. Mas não só discutindo: protestarão, também. No dia 26, a Caminhada da Educação contra o Neoliberalismo pretende envolver os 15 mil participantes do Fórum, os integrantes das 27 atividades simultâneas ao evento e a comunidade de Porto Alegre. A Caminhada sai às 12h do Gigantinho, em direção ao Largo Glênio Peres, onde haverá ato-show e manifestações políticas.

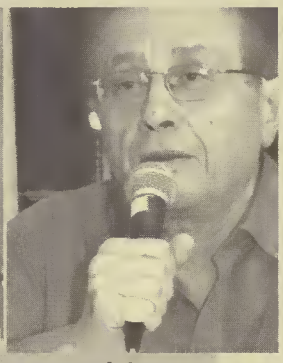

Luis Eduardo Soares

João Pedro Stédile

**Nomes importantes dos movimentos sociais tratarão da educação como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento do ser humano**

Bernard Charlot

Pablo Gentili


Bernard Cassen

Nas discussões, integrantes de governos, ongs, sindicatos, movimentos sociais, universidades e escolas tratarão do conflito cotidiano que permeia as propostas de uma educação inclusiva, a partir de pelo menos um consenso: a educação como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento do ser humano e para a construção de um outro mundo possível, onde cada cidadão tenha o direito e acesso ao conhecimento. Propositivo, o Fórum Mundial de Educação (FME) pretende, também, elaborar um documento de análises e propostas dirigidas às comunidades internacionais.

Querem o que todos querem: respeito e o reconhecimento à pluralidade de idéias, culturas, visões de mundo e espaços educativos. Para isso, um dos principais objetivos do FME, segundo seus organizadores, é incentivar a criação de uma rede de trocas de experiências, teorias e pesquisas, capaz de impulsionar o surgimento de propostas educacionais e políticas transformadoras do quadro de exclusão. A programação está repleta de atrações, confira no quadro abaixo.

## Eixo Temático I - Educação como direito

**Dia: 24 19h Gigantinho** — **"O papel estratégico da educação pública na construção da igualdade e justiça social"**
Conferencista: Steve Stoer (Portugal/ Inglaterra); Debatedores: Bernard Cassen (França), Agostinho dos Reis Monteiro (Portugal); Coordenador: Tarso Genro (Brasil)

**Debates Temáticos**

**Dia: 25 14h**

**1 - Ajuste estrutural e balanço do apartheid educacional planetário.**
Debatedores: Sérgio Haddad (Brasil), Pedro Pólo (Espanha), Régine Tassi (França)
Mediador: Pablo Gentili (Argentina)
Local: Câmara dos Vereadores - Av. Loureiro da Silva, 255

**2 - A gestão pública do sistema educacional: macropolíticas, descentralização e autonomia em uma sociedade democrática.**
Debatedores: Ramón Moncada (Colômbia), Nico Hirtt (Bélgica), José Eustáquio Romão (Brasil)
Mediador: Cristovam Buarque (Brasil)
Local: Colégio Júlio de Castilhos - Praça Piratini, 74

**3 - Educação e políticas de exclusão: a negação dos direitos da infância.**
Debatedores: Manoel Jacinto Sarmento (Portugal), Irene Balaguer (Espanha), Andrea Fusari (Itália)
Mediadora: Fúlvia Rosemberg (Brasil)
Local: Hotel Embaixador - Jerônimo Coelho, 354

## Eixo Temático III - Educação e culturas

**Dia: 26 9h Gigantinho** — **"A construção da solidariedade, a identidade como direito e o respeito às diferenças"**
Conferencista: Bernard Charlot (França); Debatedores: Maria Fernanda Pontífice (São Tomé e Príncipe), Elsie Rockweel (México); Coordenador: Eliezer Pacheco (Brasil)

**Debates Temáticos**

**Dia: 25 14h**

**7 - Educação, cotidiano escolar e políticas de segregação.**
Debatedores: Eliane Cavalleiro (Brasil), Fany Gómes (Colômbia), Rosangela Prietro (Brasil)
Mediador: Jaume Carbonell (Espanha)
Local: Ginásio Tesourinha - Av. Érico Veríssimo, s/nº

**8 - A escola como espaço público: diferentes contextos, exigências humanas e currículo.**
Debatedores: Miguel Arroyo (Brasil), José Gimeno Sacristán (Espanha), Jacinto Ordoñez (Costa Rica)
Mediadora: Nilda Alves (Brasil)
Local: Araújo Vianna - Av. Osvaldo Aranha, s/nº

**9 - Educação, cidadania e violência social.**
Debatedores: Luís Eduardo Soares (Brasil), Marta Maffei (Argentina), Daniel Filmus (Argentina), Marília Spósito (Brasil)
Mediadora: Carmen Craidy (Brasil)
Local: Salão de Atos da Ufrgs I - Av. Paulo Gama, 110

## Eixo Temático II - Educação, tecnologia e trabalho

**Dia: 25 9h Gigantinho** — **"Na perspectiva de uma sociedade sem excluídos"**
Conferencista: Ignácio Ramonet (França); Debatedores: Atílio Borón (Argentina), João Pedro Stédile (Brasil); Coordenadora: Wrana Panizzi (Brasil)

**Debates Temáticos**

**Dia: 25 14h**

**4 - As trabalhadoras e os trabalhadores em educação, suas práticas e sua identidade diante dos desafios da contemporaneidade.**
Debatedores: Susan Sreet (México/Estados Unidos), Carlos Augusto Abicalil (Brasil), Leda Sheibe (Brasil)
Mediador: Mário Osório Marques (Brasil)
Local: Armazém 4 - Av. Mauá, 1050

**5 - Educação, tecnologia e mundo do trabalho: emprego, desemprego e políticas de formação.**
Debatedores: Pierre Fonkoua (Camarões), Altemir Antônio Tortelli (Brasil), Pep Aparício (Espanha)
Mediador: Gaudêncio Frigotto (Brasil)
Local: Gigantinho - Padre Cacique, 891

**6 - Universidade, produção do conhecimento e divisão internacional do trabalho.**
Debatedores: Anahi Fernández (Argentina), Roberto Leher (Brasil), Luis Javier Garrido (México), Madalena Guasco Peixoto (Brasil)
Mediador: Felipe Maia (Brasil)
Local: Largo Visconde do Cairu, 17

## Eixo Temático IV - Educação, transformação e utopias

**Dia: 27 9h Gigantinho** — **"A construção de um outro mundo possível"**
Conferencista: Rosa Maria Torres (Equador); Debatedores: João Antônio Felício (Brasil), Esther Báxter Pérez (Cuba); Coordenadora: Lucia Camini (Brasil)

**Debates Temáticos**

**Dia: 25 14h**

**10 - Educação como espaço de resistência: movimentos sociais e sindicais.**
Debatedores: Roseli Caldart (Brasil), Fernando Rodal (Uruguai), Giorgio Riolo (Itália)
Mediadora: Carla Santos (Brasil)
Local: Colégio Protásio Alves - Av. Ipiranga,1090

**11 - As cidades como sujeitos políticos e como espaços educadores.**
Debatedores: Pilar Figueras (Espanha), Lisete Arelaro (Brasil)
Mediadora: Jaqueline Moll (Brasil)
Local: Armazém 4

**12 - Educação, sustentabilidade e emancipação humana.**
Debatedores: Miguel Soler Roca (Espanha/Uruguai), Carlos Alberto Torres (Estados Unidos/Argentina)
Mediador: Nilton Bueno Fisher (Brasil)
Local: Teatro da Ospa - Av. Independência, 925

ÁGUA

# Riqueza brasileira está ameaçada

Um projeto em tramitação no Congresso Nacional pode comprometer uma das maiores riquezas naturais do Brasil e a própria economia da nação. De autoria do governo federal, o Projeto de Lei 4147/2001 retira dos municípios a autonomia e o poder de concessão dos serviços de saneamento. Com a transferência da titularidade do abastecimento de água e esgoto das cidades para os Estados, o governo de Fernando Henrique Cardoso facilitará o plano de privatização do setor. Num país que possui 53% da reserva de água da América do Sul e 12% do total mundial, este é mais um dos atos de suicídio econômico e social cometido pelo governo federal.

Além de almejar sucatear uma bem azeitada máquina estatal, o governo ignora as previsões que apontam para uma crise global no abastecimento de água. Mais de 31 países (a maior parte deles no Oriente Médio e na África) já enfrentam racionamento do recurso. Até o ano 2025, estima-se que outras 17 nações também façam parte desta lista. Em 2025, a demanda por água doce será 56% mais alta do que hoje. Segundo a ONU, mais de um bilhão de pessoas já não têm acesso a água fresca. Mesmo assim, o governo FHC está cumprindo a cláusula do memorando assinado com o Fundo Monetário Internacional, em março de 1999. O pacto estabelece como parte do ajuste fiscal a abertura dos serviços de saneamento para a iniciativa privada. Para o Banco Mundial, foi o negócio do século.

O Banco Mundial destina 14% de seu capital reservado para empréstimos a projetos relacionados à água. Nos últimos dez anos, o órgão gastou mais de US$ 33 bilhões no setor. Quando os governos não demonstram interesse em desmantelar suas empresas públicas que atuam neste campo, o Banco Mundial faz uso da chantagem. Em 1998, a Bolívia precisou de um empréstimo de US$ 25 milhões para refinanciar o saneamento básico em Cochabamba. O Banco Mundial prontificou-se a encaminhar a quantia necessária, contanto que a Bolívia entregasse sua concessionária de água à Bechtel, uma das grandes multinacionais que atuam com o "produto". Quanto à falta de água que a cidade enfrentava, James Wolfensohn, diretor do Banco Mundial, elaborou uma solução para o problema: elevar o preço das tarifas, diminuindo assim o número de clientes. O resultado foi uma revolta popular que resultou em seis mortos e 175 feridos.

Com a privatização, transforma-se um recurso social necessário à vida em uma mercadoria. De acordo com as regras atuais da Organização Mundial de Comércio, a água já é um produto. Seguindo a linha de raciocínio da organização, como exemplificou Wolfensohn, a escassez é apenas mais um caso de oferta e procura. Num futuro possível, adquirir um copo do líquido, dependendo da região, poderá ser tão despendioso quanto a compra de uma roupa de grife. Ao retirar a água das mãos do Estado, mesmo um país como o Brasil estará suscetível ao racionamento do recurso. O artigo XI do GATT determina que nenhum país pode proibir a exportação de um produto. Se os brasileiros não puderem pagar o preço, há quem possa. Durante o Fórum Social Mundial, Maude Barlow, diretora do Council of Canadians, relatou as conseqüências de submeter a água ao poder privado. "Os indicadores até agora apontam que em todas as privatizações a qualidade foi deteriorada, as corporações têm grandes lucros e os preços aumentam", assinalou a ativista.

O mercado da água gira anualmente cerca de US$ 800 bilhões no mundo inteiro. As dez maiores empresas são: Vivendi (França), Suez Lyonnaise des Eaux (França), Bouygues (França), Enron (EUA), RWE Aktiengesellschaft Group (Alemanha), United Utilities (Inglaterra), Thames Water (Inglaterra), Anglian Water (Inglaterra), Seven Trent (Inglaterra) e o Kelda Group (Inglaterra). Todas estas companhias têm fortes laços com bancos e políticos em suas nações de origem. Um dos maiores executivos da Enron, Kenneth Lay, é amigo íntimo do ex-presidente George Bush. Oficiais norte-americanos "aconselharam" vários governos estrangeiros dependentes dos Estados Unidos a assinarem contratos com a Enron.

Alguns países já investem na força geopolítica da água. Israel está construindo uma usina de dessalinização com capacidade para processar 50 milhões de metros cúbicos de água do mar por ano. A estação se localiza em Rafah, na fronteira com o Egito e Gaza, e levará mais de dez anos para ser finalizada. De acordo com a agência italiana de notícias Ansa, os Estados Unidos é um dos grandes financiadores da usina, junto com o Japão e a União Européia. Há planos para mais quatro delas, todas para serem concluídas antes da prevista escassez de água. A menos que os árabes construam suas próprias estações, a supremacia de Israel (e do Ocidente) no Oriente Médio está assegurada.

Um dos inúmeros problemas com a privatização de serviços tradicionalmente gerenciados pelo poder público é a redução do envolvimento democrático dos cidadãos nas decisões administrativas. O acesso à informação sobre as ações das corporações é mais restrito que em suas contrapartes estatais. Desta maneira, fica difícil para a população ter garantias de que a água é potável e extraída de forma sustentável. Em Manila, nas Filipinas, a coloração da água distribuída pela Lyonnaise varia do amarelo para o marrom. Uma subsidiária da Enron, a Wessex Water, ficou entre as quatro empresas mais poluentes do Reino Unido, em 1998. Recebeu uma multa de 35 mil libras. As empresas simplesmente incorporam estas punições brandas nas contas dos clientes, e continuam a atuar da forma que desejam. Valendo-se de exímias táticas de *lobby*, os contratos de concessão sempre favorecem as corporações. Contratos tão transparentes quanto a água de Manila.

## GT-SSA

O Grupo de Trabalho Seguridade Social e Aposentadoria da Adufrgs fez-se representar pelas professoras Leda Carmem Wulff Gobetti, Maria Conceição T. Stumpf, Marleni Marques Toigo e Sonia S. Scornavacca no Seminário Regional Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria, ocorrido de 1° a 3 de setembro de 2001, na cidade de Florianópolis. Na oportunidade, foram tratados os temas de Assistência Social, Saúde, Previdência e Assuntos de Aposentadoria.

Com relação à Assistência Social, a expositora professora Beatriz Paiva, do Núcleo de Estudos de Trabalho e Assistência Social da Universidade Federal de Santa Catarina, enfatizou o mecanismo de desmonte da LBA e dos trabalhadores em Assistência Social com sua conseqüente desvinculação da Previdência, contrariando a Constituição Federal de 1988. Hoje, em conseqüência, no Brasil há 20 milhões de indigentes e não há projeto para Assistência Social.

Quanto à Saúde, a palestrante professora Clair Coelho, do Departamento da Saúde Pública da UFSC, a caracterizou como claramente alinhada aos postulados neoliberais, em desrespeito aos princípios básicos da CF/88, no que se refere à universalidade, integralidade e eqüidade da Saúde. A questão da Saúde é entendida como estratégica à atual política do governo FHC para o ataque às conquistas sociais obtidas nos anos 80.

Referente à Previdência e Assuntos de Aposentadoria, o palestrante José Prata de Araújo, economista e assessor da CUT/MG, falou sobre "as lutas contra os retrocessos nos direitos previdenciários", através da privatização da Previdência, mediante a implementação da Previdência Complementar. Este projeto de privatização se inicia com os aposentados para atingir a todos os trabalhadores. Neste sentido, a Previdência é uma luta de todos, pois está previsto que todos os trabalhadores serão atingidos, a partir de mudanças nas regras do sistema previdenciário dos Servidores Públicos Federais. Com relação aos assuntos de Aposentadoria, o professor Fernando Molinos Pires, primeiro vice-presidente da Andes-SN, enfatizou que a extinção do Regime Jurídico Único e implementação do Emprego Público, através do projeto de lei (PL9), leva necessariamente à Previdência Complementar. Falta ainda a regulamentação desta lei, que o MEC ainda não conseguiu.

A reunião do GT – SSA Nacional constou de informes nacionais, dos informes dos GT's e das nove Seções Sindicais presentes, da preparação dos Encontros Regionais e Locais das três esferas (municipal, estadual e federal), do estabelecimento de estratégias de luta frente à questão da exclusão de aposentados e pensionistas da revisão salarial e da retomada da tramitação da PEC 136 (que trata da contribuição previdenciária dos SPF's aposentados). Dos relatos dos representantes das AD's mereceu destaque a atividade sistemática desenvolvida pelo GT Seguridade Social/Aposentados da Adufrgs.

DEBATE

# A questão da gratuidade no Ensino de Pós-Graduação

A ameaça de privatização branca que paira sobre a universidade pública brasileira levou um grupo de docentes a propor a abertura de um debate sobre o tema de Gratuidade no Ensino de Pós-Graduação na Ufrgs. A questão vinha gerando controvérsias no Consun. A ponto do pró-reitor adjunto de Pós-Graduação Philippe Navaux nomear uma comissão assessora encarregada de fundamentar e apresentar proposta de regulamentação/normas para prestação de serviços associados às atividades de ensino nos níveis de pós-graduação, incluindo a cobrança de taxas. Após cinco meses de trabalho, a comissão aprovou um documento considerando alarmante pelos professores que defendem o Ensino Superior Público e Gratuito. Entre as considerações que abrem o documento, é particularmente grave a introdução de conceitos como "atividades não financiadas pelo Estado", para definir algumas das atividades de ensino no âmbito da Ufrgs. A proposta de normatização tem 21 artigos e caracteriza, por exemplo, no seu artigo primeiro, como atividades complementares às atividades gratuitas realizadas na Ufrgs, cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em convênio com outras instituições. E, no artigo segundo, diz que "em se tratando de atividades previstas pelo Estatuto da Ufrgs e não mantidas pela União, deverão ser financiadas por recursos específicos".

Diante da evidente falta de consenso em torno do assunto, o Consun decidiu criar uma comissão especial integrada por membros dos Conselhos Superiores, para regulamentação e gestão de recursos financeiros vinculados à Pós-Graduação. Instituída no dia 12 de setembro, ela deve concluir seus trabalhos no prazo de 45 dias.

Preocupados com a escassez de prazo para que os professores pudessem discutir este tema, de grande importância para o futuro da Universidade, um grupo de docentes propôs que a Adufrgs oportunizasse o debate. Para tanto, foi criado um espaço específico no sítio *www.adufrgs.org.br* e definido que a questão da gratutidade seria tratada como tema central desta edição. Seis questões (ver quadro) foram encaminhadas aos professores da Ufrgs Hélgio Trindade, professor-titular de Ciência Política e ex-reitor; Sérgio Bampi, presidente da Fapergs e integrante da comissão assessora; Paolo Livotto, representante docente no Consun e membro da comissão especial e Jorge Quillfeldt, professor-titular de Biofísica. Os professores Hélgio e Bampi optaram por responder em bloco. Dos nomes contatados, somente o pró-reitor adjunto de Pós-Graduação Philippe Navaux não respondeu, alegando sua condição de integrante da atual administração da Ufrgs. Porém, sua posição está expressa no documento elaborado pela comissão assessora com a "contribuição das pró-reitorias", conforme consta no ofício de encaminhamento da PROPG.

***1) Do seu ponto de vista, que atividades de Ensino podem ser não-gratuitas na Ufrgs?***

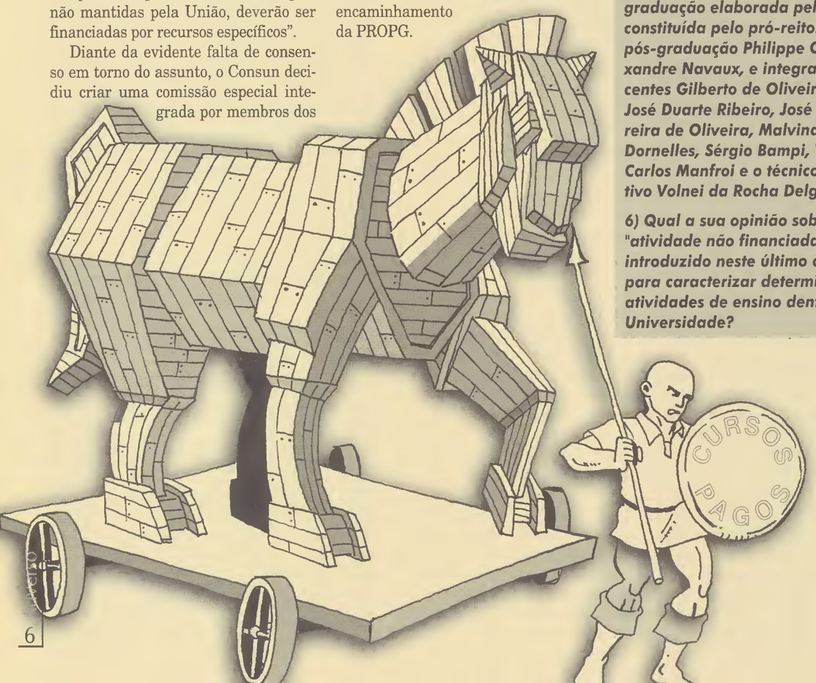
***2) O número de docentes na Ufrgs decresce, já que praticamente não existem novas contratações. As atividades universitárias relacionadas com novos cursos de mestrado profissionalizante e pós-graduações interinstitucionais podem demandar uma carga horária significativa. Como conciliar estas atividades com os cursos de graduação, mestrados e doutorados já existentes, de forma a não prejudicar a qualidade desses últimos?***

***3) O fato de que alunos paguem nos mestrados profissionalizantes e que recebam bolsa nos acadêmicos não pode vir a gerar um conflito, já que existe uma situação de falta de eqüidade?***

***4) Qual a sua opinião sobre o documento "Considerandos sobre a gratuidade e o ensino de pós-graduação na Ufrgs", elaborado pelos representantes docentes que integraram a chapa "Reconstruindo a Universidade Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade", no biênio 2000-2002?***

***5) Qual a sua opinião sobre a proposta de normas preliminares para a pós-graduação elaborada pela Comissão constituída pelo pró-reitor adjunto de pós-graduação Philippe Olivier Alexandre Navaux, e integrada pelos docentes Gilberto de Oliveira Kloeckner, José Duarte Ribeiro, José Palazzo Moreira de Oliveira, Malvina do Amaral Dornelles, Sérgio Bampi, Waldomiro Carlos Manfroi e o técnico-administrativo Volnei da Rocha Delgado?***

***6) Qual a sua opinião sobre o conceito "atividade não financiada pelo Estado" introduzido neste último documento, para caracterizar determinadas atividades de ensino dentro de nossa Universidade?***



*Hélgio Trindade**

## É preciso estar alerta sobre as formas sinuosas de implantar o ensino pago

Atualmente não estou envolvido em nenhum órgão colegiado da Ufrgs e não tenho maiores elementos de informação para opinar sobre a matéria em exame. No entanto estou participando ativamente do debate nacional e latino-americano sobre a universidade pública e este é um dos temas cruciais do debate: a gratuidade da universidade pública.

Tenho defendido que somente através de uma visão comparativa é que podemos entender alguns desafios que se colocam, hoje, para a universidade brasileira. Prefiro, pois, responder no plano dos princípios e em bloco o conjunto de questões propostas pelo Jornal Adverso, respeitando por razões éticas a legitimidade e a autonomia decisória dos órgãos competentes da Ufrgs.

Acabo de retornar de um Seminário Internacional, promovido pelo Centro de Estudios sobre la Universidad, da UNAM/México ("Vientos de cambio en la educación superior latinomaericana") e tive a oportunidade de constatar quão crucial é este tema hoje. O chileno José Joaquin Brunner ("Tendências globais da educação superior na América Latina") afirma que a pós-graduação está sendo paga em muitos países e que esta é uma tendência que se está generalizando. Tive a oportunidade, em contraposição, de informar ao público do Seminário que, se o principio da gratuidade tinha sido rompido nas universidades chilenas e se tornou regra na pós-graduação das universidades públicas argentinas, no Brasil o principio da gratuidade cobria o conjunto das atividades de ensino de graduação e de pós-graduação *stritctu sensu*.

No entanto é preciso estar alerta sobre as formas sinuosas de implantar o ensino pago porque este é o calcanhar de Aquiles da gratuidade por onde os governos que seguem as orientações de agências internacionais ou que são dirigidos, na área de educação superior, por ex-funcionários das mesmas, vão tentar romper com o princípio da gratuidade. Não é por outra razão que a Universidade Autonoma do México (UNAM) desencadeou a maior greve de sua história em 1999 (11 meses de paralisação estudantil), derrubando seu Reitor e fazendo a universidade recuar na decisão que tentou implementar. Esta é a razão pela qual, mesmo no governo Collor, o ministro Goldenberg declarou que a gratuidade da universidade pública seria respeitada.

Hoje, a orientação do atual governo é a da morte lenta da universidade pública por asfixia. Em contrapartida, oferece toda da liberdade de expansão ao sistema privado de educação superior que representa 66% da matrícula. Neste quadro de privatização da matrícula em mãos de "empresários da educação", o governo está estimulando os docentes do setor público a complementarem seus salários e os dirigentes universitários que atenderem as suas necessidades de investimentos através de mecanismos de apoio externo. No Chile, o exemplo mais avançado neste campo, o aporte do governo reduziu-se a 30% do orçamento e o resto cabe à universidade buscar através da pesquisa aplicada, consultorias, mensalidades de alunos para os cursos de graduação, pós-graduação e extensão.

O Brasil e o Chile combinam o pior cenário possível para o futuro da educação superior na América Latina. O primeiro, com a expansão descontrolada do ensino privado, entregará as instituições – a maioria delas de qualidade questionável – a formação de nossa juventude, levando às "ruínas" o mais qualificado sistema público de educação superior da América Latina. O segundo – ao introduzir o fim da gratuidade – atrelou completamente a universidade pública ao ritmo das reformas neoliberais dos chicago-boys no plano da economia. Essa ruptura somente conseguiu implantar-se, no Chile, com o suporte da ditadura Pinochet, embora mantida pelos governos da *concertación* democrática.

Se o México conseguiu fazer recuar o fim da gratuidade do ensino superior através de forte reação estudantil, a fragilidade do financiamento público às universidades argentinas pós-ditadura militar, com baixíssimos salários, lançou os professores na busca de atividades de ensino paralelas. No governo Menem, foi criada uma dezena de universidades públicas na região da grande Buenos Aires e a partir desse período generalizou-se a cobrança da pós-graduação.

Neste contexto latino-americano, que combina as posições das agências internacionais com as políticas de ajuste econômico dos governos atuais, a ameaça do fim da gratuidade é real. Reafirmo o que sempre tenho repetido: o calcanhar de Aquiles é a pós-graduação! O problema, porém, situa-se numa problemática mais ampla e complexa, ou seja, a da crescente erosão do espaço público em nossas universidades. Um livro recente publicado nos Estados Unidos (Sheila Alaugher e Larry Leslie, "Academic capitalism", Baltimore, John Hopkins Foundation, 1999) enfrenta essa nova tendência observada por especialistas em algumas universidades. Os autores definem capitalismo acadêmico, como "os esforços institucionais ou do professorado para obter fundos externos na forma de operar do mercado ou como parte do mercado" (p.209). Estas pesquisas que foram feitas em quatro países (Austrália, Canadá, Estados Unidos e Inglaterra) indicam uma mudança significativa no padrão universitário. Mesmo reconhecendo a importância estratégica do compromisso social da universidade e da sua responsabilidade com o desenvolvimento no país, a questão em debate na universidade merece um exame criterioso.

**** Professor-titular de Ciência Política e ex-reitor***

## É injustificável condicionar o princípio da gratuidade à origem do financiamento

***1) Do seu ponto de vista, que atividades de Ensino podem ser não-gratuitas na Ufrgs?***

A Constituição Federal (artigo 206) estabelece entre os princípios que regem o ensino no Brasil a igualdade de condições de acesso e a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais. Deste modo a Ufrgs, como estabelecimento oficial de ensino superior, tem o dever de garantir um direito fundamental da sociedade brasileira que é o acesso gratuíto, em todos os níveis, ao ensino. A pressão exercida por sucessivos governos, regidos por uma orientação neoliberal, sobre o sistema público de ensino superior através das reduções orçamentarias e de pessoal associada ao questionamento constante do seu papel e eficiência levaram a uma desestruturação da Universidade Pública. A aceitação, por camadas da universidade, da substituição de direitos sociais por valores de mercado levaram a quebra "informal" do princípio da gratuidade e a introdução de atividades pagas associadas principalmente aos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

***2) O número de docentes na Ufrgs decresce, já que praticamente não existem novas contratações. As atividades universitárias relacionadas com novos cursos de mestrado profissionalizante e pós-graduações interinstitucionais podem demandar uma carga horária significativa. Como conciliar estas atividades com os cursos de graduação, mestrados e doutorados já existentes, de forma a não prejudicar a qualidade desses últimos?***

O corpo docente e principalmente o corpo técnico-administrativo da Ufrgs sofreram uma significativa redução nos últimos anos. Por outro lado as vagas na graduação e, mais significativamente, na pós-graduação foram aumentadas. Todas as atividades na Universidade devem ser avaliadas pela relevância de seu projeto acadêmico e inserção social. Em princípio, qualquer nova atividade que vise a universalização das atividades de ensino pesquisa e extensão deve ser viabilizada. A implementação de atividades complementares deve estar condicionada a uma comprovação da capacidade institucional de manutenção, em níveis adequados, das suas tarefas fundamentais.

***3) O fato de que alunos paguem nos mestrados profissionalizantes e que recebam bolsa nos acadêmicos não pode vir a gerar um conflito, já que existe uma situação de falta de eqüidade?***

Este tipo de conflito já está ocorrendo e é inevitável com a dualidade de paradigmas dentro do mesmo ambiente acadêmico. Ocorre no compartilhamento de uma mesma disciplina de pós-graduandos dos mestrados acadêmicos e profissionais, nas diferenças entre os requisitos acadêmicos para obtenção de titulações equivalentes. Os mesmos fatores conflitivos são gerados dentro do corpo docente quando atividades idênticas são remuneradas de forma diferenciada nos mestrados profissionais (e em algumas formas de oferencimento de turmas de mestrados acadêmicos fora da sede – os chamados mestrados inter-institucionais) e nos mestrados e doutorados acadêmicos. É evidente que o pagamento diferenciado é um poderoso indutor do desbalanceamento das atividades docentes.

***4) Qual a sua opinião sobre o documento "Considerandos sobre a gratuidade e o ensino de pós-graduação na Ufrgs", elaborado pelos representantes docentes que integraram a chapa "Reconstruindo a Universidade Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade", no biênio 2000-2002?***

Como representante docente no Consun, eleito pela chapa "Reconstruindo a Universidade Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade", posso relatar a origem desta manifestação. Este processo iniciou-se no Consun com a crise institucional deflagrada, no início do ano de 2000, com a denúncia da existência de diversos cursos de pós-graduação cobrando por suas atividades de ensino. Num primeiro momento foi obtido um consenso dentro do Consun de interromper este processo dentro da chamada pós-graduação acadêmica. No entanto, a prática continuava admitida nos mestrados profissionalizantes e mesmo nos pós-graduações acadêmicos através de oferecimento de turmas fora-da-sede, em convênio com instituições privadas. Esta prática passou a ser questionada sistematicamente pelo nosso grupo na criação de novos cursos o que levou a que o Consun deliberasse pela necessidade da regulamentação da matéria. A nossa manifestação pública visou, além de colocar nosso posicionamento inicial sobre o assunto, mobilizar a comunidade para um debate amplo da questão.

***5) Qual a sua opinião sobre a proposta de normas preliminares para a pós-graduação elaborada pela Comissão constituída pelo pró-reitor adjunto de pós-graduação Philippe Olivier Alexandre Navaux, e integrada pelos docentes Gilberto de Oliveira Kloeckner, José Duarte Ribeiro, José Palazzo Moreira de Oliveira, Malvina do Amaral Dornelles, Sérgio Bampi, Waldomiro Carlos Manfroi e o técnico-administrativo Volnei da Rocha Delgado?***

A comissão constituída pela Pró-Reitoria de Pós-Gradução propôs uma normatização que contém alguns pontos interessantes como a definição de maiores contra-partidas institucionais das atividades desenvolvidas com recursos não-orçamentários e a necessidade de um projeto acadêmico para justificar estas atividades. No entanto, na minha opinão, seguiu uma linha excessivamente pragmática ao aceitar a quebra da gratuidade do ensino na pós-graduação e, o que é mais grave, tentar justificá-la conceitualmente. Neste sentido ela é completamente incompatível com uma instituição pública.

*Paolo Livotto**

***6) Qual a sua opinião sobre o conceito "atividade não financiada pelo Estado" introduzido neste último documento, para caracterizar determinadas atividades de ensino dentro de nossa Universidade?***

Não existe justificativa para o condicionamento do princípio da gratuidade em função da origem do financiamento. O princípio da gratuidade do ensino está relacionado com a natureza de instituição pública da universidade e não com a origem dos recursos. Levado às últimas conseqüências, a aceitação deste conceito poderia justificar a cobrança de qualquer modalidade de ensino.

**** Professor Adjunto do Depto. de Físico-Química Representante Docente no Consun***

Jorge A. Quillfeldt*

# O documento dos representantes docentes faz uma ótima defesa da gratuidade

***1) Do seu ponto de vista, que atividades de Ensino podem ser não-gratuitas na Ufrgs?***

É preciso tomar cuidado com perguntas como essa, no caso, um exemplo da falácia clássica da "questão complexa", pois, na verdade, contém duas questões interdependentes embutidas: se eu responder simplesmente "esta" ou "aquela", estarei automaticamente respondendo à questão embutida ("pode ser não-gratuita"?), queira ou não. Então vamos dividi-la adequadamente: (1) Alguma atividade de Ensino pode ser não-gratuita numa IFES? (2) Se pode, qual? Se não pode, a pergunta desaparece. Comecemos pela primeira questão.

A resposta a esta pretensão pode ser dada em dois níveis. No primeiro nível, devemos simplesmente lembrar que acabar com a gratuidade é ilegal. Mais que ilegal, é inconstitucional, já que fere um direito assegurado na Constituição Federal, que, em seu artigo 206, prevê a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (alínea I) e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (alínea IV). Enquanto não atropelarem e arrancarem esse artigo do texto fundamental, quem cobra está cometendo infração grave. Não é preciso ser um grande constitucionalista ou jurista emérito para saber ler o artigo 206.

Mas há um segundo nível de argumentação, que analisa a lógica interna da proposta de acabar com a gratuidade: essa cobrança, além de ser um flagrante de (a) bitributação (se já pagamos impostos, por que vamos pagar de novo?), (b) não ajuda muito no custeio total da instituição (ela continua pesadamente mantida pelo Estado – no Chile, um dos casos mais radicais, ela não passa dos 25%, e nos EUA fica ao redor dos 10-15%), (c) representa uma "economia" mesquinha para a União (que, é claro, precisa gastar em coisas mais importantes, como o PROER...) e (d) serve, no fundo, apenas para "filtrar" alunos conforme sua procedência social.

Então, se cobrar dos alunos efetivamente não desonera a União de sustentar a Instituição (e representa economia ridícula), a grande consequência de se cobrar numa IFES é que se estará impondo um filtro social: só entra quem paga. Isto está em contradição não só com o artigo 206 da Constituição, mas com todos os seus pilares fundamentais que visam assegurar igualdade de direitos e oportunidades indiscriminadamente a todos os cidadãos. Quem se opõe a um princípio como este?

Tenta-se construir um consenso pelo fim da gratuidade nas IFES, promovida por representantes do governo e seus seguidores no seio da academia. Há vários anos fala-se em cobrar mensalidades na graduação. Agora descobriram que pode ser mais fácil começar pela pós-graduação, talvez explorando a relação esquizofrênica, desconectada que graduação e pós-graduação estabeleceram nas Universidades Públicas. O mais lamentável é que a fonte desta ideologia elitizante não é daqui, não é brasileira: as políticas nacionais de educação foram todas projetadas fora do país (leia-se Banco Mundial e FMI). Entre outras saudáveis "recomendações", o Banco Mundial propõe acabar com a gratuidade para aumentar a "auto-sustentabilidade" das instituições "públicas" de ensino superior (Ver: Higher Education: The Lessons of Experience, publicação do The World Bank, Washington, D.C., 1994, especialmente no Cap. 3 em "Cost-Sharing with Students"). Essa constatação costumava levantar os cabelos de gente inteligente e ilustrada, mas hoje parece que boa parte da intelectualidade já se assumiu como habitante de uma colônia e acha charmoso que seja assim.

É verdade que se cobram várias coisas nas IFES. Há um conjunto de taxas (de baixa monta) tradicionalmente aplicadas em atividades administrativas, mas elas são mais voltadas a solicitações ocasionais, logo, não impõem ônus discriminatório aos usuários finais. Há também os cursos de Extensão, prática antiga, mas que geralmente investe na auto-sustentação da própria atividade e não envolve verdadeiro "lucro", muito menos complementação salarial dos docentes envolvidos.

Todos sabemos que há muitos desajustes no sistema de ensino público, em todos os níveis, especialmente na sua qualidade, e por isso muitos dos que chegam ao ensino superior público (cerca de 60% na Ufrgs) são das famílias de melhor renda, que puderam custear escolas melhores: mas não esqueçamos que há os outros 40%. A meu ver, só isso já serviria, em si, de argumento. Não esqueçamos também que aqueles 60% já pagam seus impostos (se não o fazem, deveriam).

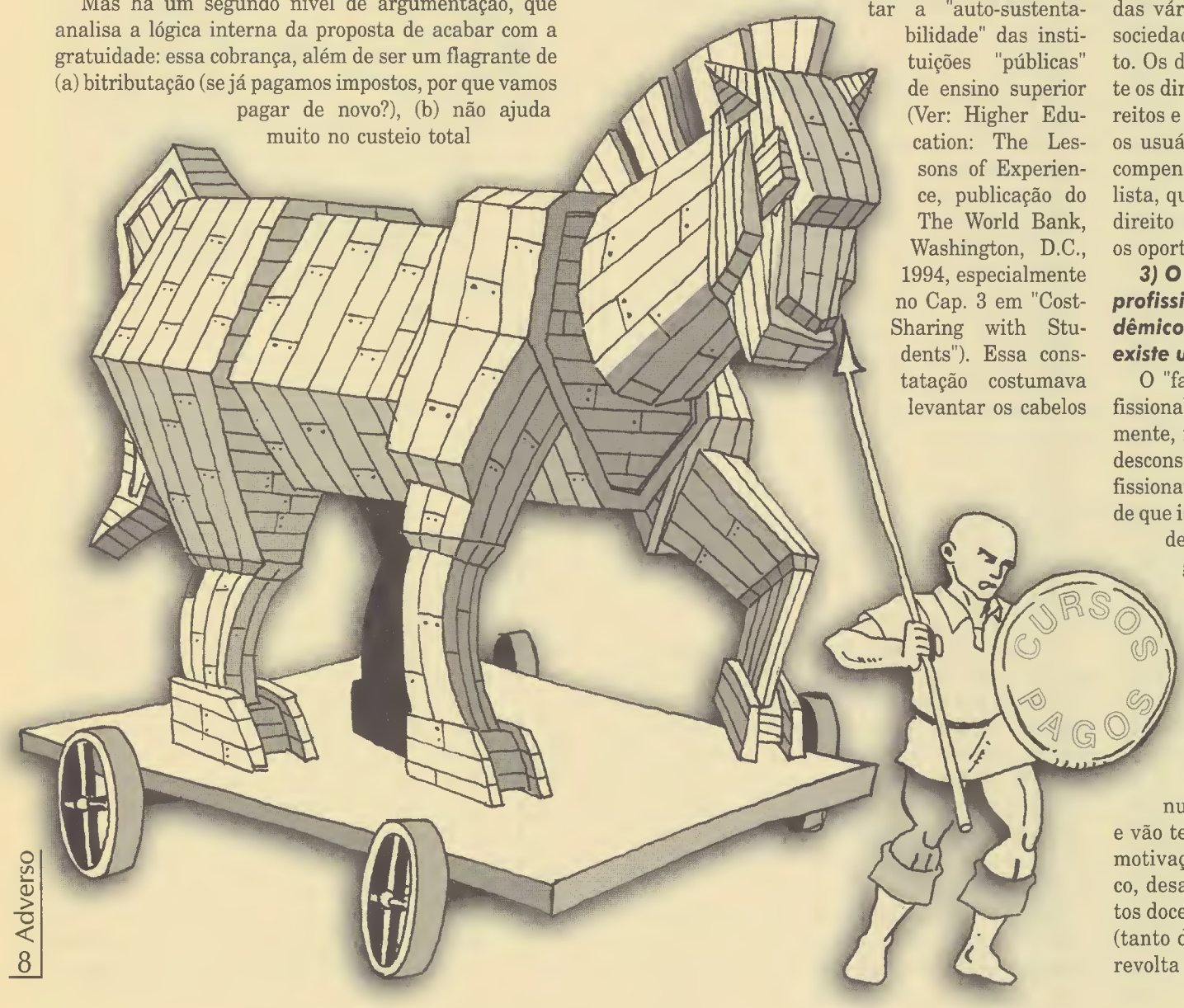
Uma regra discriminatória como "cobrar pelo ensino" seria corrigir um erro (falhas do sistema nacional de ensino público) com outro (impor cobrança que serve de filtro conforme renda familiar): dois erros não fazem um acerto.

Enfim, respondendo à pergunta 1, a meu ver, nenhuma atividade de ensino poderia ser "não gratuita" numa IFES. A defesa da Gratuidade não é uma posição moral (embora até possa ser para alguns): é uma das várias expressões legais das conquistas de uma sociedade democrática vivendo em um estado de direito. Os direitos básicos assegurados são essencialmente os direitos humanos, que incluem a igualdade de direitos e oportunidades: o ensino público, gratuito para os usuários e custeado pelo Estado, é uma forma de compensar pela crueza do regime econômico capitalista, que se baseia apenas na exclusão, e ainda é um direito assegurado pela Constituição, nolens volens os oportunistas.

***3) O fato de que alunos paguem nos mestrados profissionalizantes e que recebam bolsa nos acadêmicos não pode vir a gerar um conflito, já que existe uma situação de falta de eqüidade?***

O "fato de que alunos paguem nos mestrados profissionalizantes" é uma aberração inventada recentemente, inconstitucional, e que visa um passo além na desconstrução da consciência pública do corpo de profissionais, pois, ao prosperar, vai criando a impressão de que isto é legal, aceitável e até "uma boa saída". Bem de acordo com o cronograma de imposição ideológica do Banco Mundial em suas políticas para o Ensino Superior.

O conflito que existe é outro, é o fato de cada vez mais colegas capitularem aos cantos de sereia desta privatização branca e tolerarem outros colegas que não aceitam a letra legal do que venha a ser nosso dever enquanto Instituição Pública custeada pelo Estado. Estes colegas forçam continuamente os limites, vão empurrando aqui e ali, e vão tendo êxito devido à falta de expectativas, desmotivação e conformismo que reina no meio acadêmico, desaguando por vezes na pura impunidade. Muitos docentes revoltados com nossa situação financeira (tanto da Instituição quanto salarial) expressam sua revolta pensando "é isso aí, agora é cada um por si",



tolerando as anomalias e até justificando-as.

***4) Qual a sua opinião sobre o documento "Considerandos sobre a gratuidade e o ensino de pós-graduação na Ufrgs , elaborado pelos representantes docentes que integraram a chapa "Reconstruindo a Universidade Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade", no biênio 2000-2002?***

Um documento enxuto e certeiro: o item 5 acerta em cheio no fulcro do debate ao esclarecer que "atividade docente ou de coordenação nestes cursos não caracteriza prestação de serviço, não podendo, portanto, gerar remuneração extra para os docentes", desmontando o Artigo 10º do projeto "normas preliminares para a pós-graduação". Como as resoluções anteriores de prestação de serviços subentendem o caráter esporádico das atividades que podem remunerar complementarmente mesmo quem tem DE, este projeto visa estender tais "direitos" aos docentes que atuarem nestes cursos pagos. Além disso, o documento dos representantes docentes não obsta que os cursos celebrem convênios que possibilitem a sua auto-sustentação de funcionamento e infra-estrutura (item 2), o que é possível há muito tempo.

Assim sendo, o documento dos representantes faz uma ótima defesa da gratuidade, da igualdade de direitos de ingresso e da não-remuneração de docentes envolvidos nos cursos novos (e, portanto, em defesa da integridade da instituição), e faz isso com base em considerandos técnicos, não entrando muito em aspectos políticos ou, mesmo, morais.

***5) Qual a sua opinião sobre a proposta de normas preliminares para a pós-graduação elaborada pela Comissão constituída pelo pró-reitor adjunto de pós-graduação Philippe Olivier Alexandre Navaux, e integrada pelos docentes Gilberto de Oliveira Kloeckner, José Duarte Ribeiro, José Palazzo Moreira de Oliveira, Malvina do Amaral Dornelles, Sérgio Bampi, Waldomiro Carlos Manfroi e o técnico-administrativo Volnei da Rocha Delgado?***

O texto propõe essencialmente duas coisas: (1) tolerar cursos de pós-graduação que cobrem dos estudantes e (2) instituir a "contrapartida pecuniária por serviços prestados" (Art 10º do texto "normas preliminares para a pós-graduação"), ou seja, complementação salarial dos docentes envolvidos.

Já de saída enuncia uma premissa nova e discutível sem explicá-la, nem justificá-la: "Tendo em vista a necessidade de estabelecer normas para atividades não financiadas pelo Estado". Temos mesmo essa "necessidade"? A necessidade advém do fato de (a) que estamos encurralados e somos obrigados a mudar nossa natureza (regida pela Constituição) e deixarmos de ser instituição gratuita ou de que (b) as atividades já estão acontecendo e temos que arrumar a casa? Nada disso é informado.

É louvável que nos preocupemos em atender demandas da sociedade e promovamos maior integração com a mesma. Nada disso, porém, implica necessariamente em aceitarmos (a) a quebra do princípio constitucional da gratuidade e (b) a implantação do "Cavalo de Tróia" dos cursos pagos remunerando docentes envolvidos, o que põe em risco a estabilidade (sem falar da qualidade) da própria instituição. O primeiro item é uma ilegalidade (ou uma inutilidade). O segundo é uma temeridade. Espero que isto não passe batido, como tantas outras medidas aprovadas nesta Universidade.

Nunca foi tão importante defender a Universidade Pública dos cantos das sereias. Recordem-se da mitologia: as sereias podem ser lindas e sedutoras... mas também são fatais.

***6) Qual a sua opinião sobre o conceito "atividade não financiada pelo Estado" introduzido neste último documento, para caracterizar determinadas atividades de ensino dentro de nossa Universidade?***

Não é um conceito, é um slogan.

Este eufemismo visa justificar, a priori, a abertura de negócios dentro da Universidade, usando sua infraestrutura (aluguel, luz, água, telefone, pessoal qualificado e credibilidade da Instituição) para complentação salarial. É a cantilena dos que querem abrir seu "boteco" dentro da Ufrgs – o negócio "seguro" –, usando a graciosa infraestrutura que provemos. Um ótimo negócio, aparentemente.

**** Professor titular do Depto. de Biofísica***
***Instituto de Biociências***

*Sérgio Bampi**

# Este desafio não comporta soluções simplistas

A Ufrgs deve manter seu compromisso com a gratuidade do Ensino em todos os níveis, do Ensino Fundamental na Escola de Aplicação até o mestrado e o doutorado em Programas de Pós-Graduação. A questão dos cursos oferecidos em convênios ou em modalidades pagas – prática instalada na maioria das IES (instituições de ensino superior) públicas brasileiras, especialmente nos cursos de especialização – deve ser entendida no quadro do desafio presente: como atender a este compromisso da IES pública com a gratuidade em um quadro de escassez dos recursos humanos e materiais, acompanhado de demandas crescentes trazidas aos administradores, professores e técnicos da IES públicas pela sociedade? Este desafio não comporta soluções simplistas e muito menos pode dar lugar a justificativas para procedimentos que na prática privatizam a ação acadêmica da Universidade. Esta privatização entendida como a adoção de procedimentos de âmbito estrito do interesse pessoal ou de grupos de profissionais das IES.

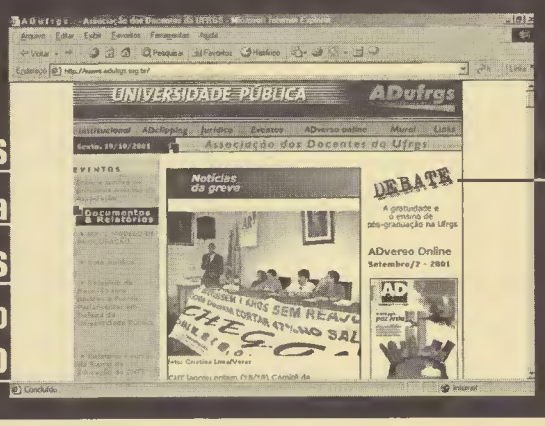
Os mestrados profissionalizantes no meu entender só deveriam ser autorizados pela IES em Programas de Pós-graduação que mantenham curso de mestrado acadêmico gratuito e tenham obtido avaliação de qualidade com grau 4 ou superior na avaliação da Capes. Com isto, haveria incentivo à melhoria dos programas, assegurando e combinando a qualidade, a gratuidade e o acesso baseado em mérito do candidato. Os programas interinstitucionais, por seu lado, podem atender demandas de interesse público, com formas diversas de financiamento – inclusive através de agências e órgãos públicos. Diversos destes programas foram financiados pela Capes ou mesmo secretarias de educação e IES públicas e privadas.

A universidade pública é solicitada constantemente por instituições e órgãos públicos e privados para associar-se às atividades de qualificação de profissionais de áreas e instituições específicas. Na pós-graduação esta demanda deve ser transparente e democraticamente discutida pelos colegiados dos programas e pelos conselhos das unidades, segundo regramento emanado dos conselhos superiores e câmara de PG. É este regramento claro que o Consun busca estabelecer no presente. As IES públicas devem responder a este desafio com regras claras quanto à priorização do atendimento – visando sempre manter o atendimento público, gratuito e de acesso universal na pós-graduação – em convênios que envolvem outras IES, órgãos públicos e instituições públicas, privadas ou do terceiro setor. Trata-se aqui de enfrentar o desafio de priorizar atividades, captar recursos e alocá-los de forma transparente nas atividades fim das IES públicas – sendo a mais prioritária destas o atendimento ao ensino gratuito, de acesso aberto a toda a sociedade, associando-o institucionalmente à pesquisa e à extensão.

**** Professor adjunto do Depto. de Informática Aplicada***
***Presidente da Fapergs***

**www.adufrgs.org.br**

notícias diárias
relatórios da categoria
informações jurídicas
e a versão eletrônica do jornal Adverso




Debate sobre a questão da gratuidade no Ensino de Pós-Graduação na Ufrgs, com artigos, textos de portarias, considerandos sobre a gratuidade e o documento final da comissão assessora à Pró-Reitoria Adjunta de Pós-Graduação da U niversidade.

**Lúcio Olímpico de Carvalho Vieira -**
**Professor da Escola Técnica da Ufrgs**

# Greve nas universidades e a posição do ministro

A renovação na política nacional tem sido rara. Quando acontece, renova-se também a esperança de dias melhores.

O ingresso de jovens no cenário político traz consigo a expectativa de novas idéias, de modernidade.

Infelizmente, grande parte desta expectativa tem sido frustada. Basta lembrarmos de Collor de Mello.

O Sr. Paulo Renato, ministro da Educação, trazia, mesmo que involuntariamente, um pouco desta renovação das esperanças. Jovem, inteligente, sem histórico político ou pessoal que o desabonasse.

No entanto, no primeiro conflito mais sério que enfrenta, talvez tropeçando um pouco na sua arrogância e escorregando num pouco de prepotência, acabou repetindo as velhas práticas políticas.

A afirmativa que fez transferindo à justiça a responsabilidade dos prejuízos decorrentes da greve dos servidores e professores das universidades públicas, caso fosse obrigado a pagar os salários dos grevistas, expõe uma visão ingênua, quase adolescente, sobre o seu papel como autoridade. Equivale a transferir ao juiz a responsabilidade pela absolvição de um criminoso quando o inquérito ou a promotoria não foram competentes para apresentarem as provas necessárias pela sua condenação. Isto tudo é uma pena, pois ao agir assim não abrevia apenas sua curta carreira política, mas também aumenta a desesperança do eleitorado carente de novas propostas.

A juventude do ministro com certeza não é o fator determinante de seu comportamento. Mais importante talvez seja a própria juventude da democracia brasileira, pouco habituada ao gerenciamento de conflitos trabalhistas dentro dos marcos da convivência social democrática.

Estes conflitos não são novos. O avanço da luta de classe ao longo dos séculos determinou grandes alterações no comportamento da sociedade e na legislação sobre o tema. As legislações mais modernas e democráticas apontam para o direito à greve no setor privado. Também resguardam o direito do patrão ao corte do salário. Impede que o mesmo demita durante a legalidade do movimento. Ao paralisar suas atividades, os empregados sofrem o revés do corte de seu sustento. Por outro lado provocam a interrupção da produção e, conseqüentemente, a cessação dos lucros do patrão. Este "equilíbrio" de interesses e prejuízos impele a busca de soluções rápidas.

No setor público, embora resguardado constitucionalmente o direito à greve, o tratamento dado pelos governantes tem sido ainda muito atrasado. Primeiro pelo tempo que demora para começar a interlocução, segundo pela não oferta de caminhos que apontem para a superação do impasse. Ao contrário, tensionam mais ainda com o corte dos salários.

Neste caso, como a greve no setor público não traz interrupção nos "lucros dos patrões", o poder de barganha do movimento grevista fica muito reduzido, o que torna desproporcional o poder dos governantes frente ao movimento. O corte de salário representa retirar o direito à alimentação, à saúde, à moradia. É a volta da escravidão. Ou vocês trabalham como eu quero ou vocês não comem.

A alegação de que com salário em dia o movimento se perpetua é tão verdadeira como imaginar que algum governo seria capaz de ficar quase uma década sem dar reajuste salarial para seus funcionários. O que seria um absurdo. Ou não?

O ministro da Educação encontrou respaldo para sua ação junto aos setores mais retrógrados da sociedade.

Cabe aos servidores manterem-se unidos na busca de uma solução negociada, a única que realmente interesse à sociedade. Aos eleitores cabe exercerem o direito de dizer quem deverá continuar na política nos representando. Sem falsas ilusões.

## BIBLIOTECA MUNDIAL

# Lançada campanha Mosaico dos Livros

Com a doação de um fac-símile do manuscrito do livro Pedagogia do Oprimido, do educador Paulo Freire, foi lançada dia 10, no sexto andar do prédio da Secretaria Municipal de Educação (Smed), a campanha mundial Mosaico de Livros. Esteve presente ao ato, para fazer a doação da obra, Lutgardes Freire, filho de Paulo Freire. Durante o ato de entrega da obra, Lutgardes falou: "O manuscrito é de uma importância simbólica e contundente. Fala de uma educação do sonho, e da boniteza, em contraponto à educação bancária, que ainda perdura no novo século, como dizia meu pai. O manuscrito poderá ser um eixo central desse primeiro Fórum Mundial de Educação, pois ele ajuda a entender outros livros".

O livro é a pedra fundamental de uma biblioteca universal que se quer fazer em Porto Alegre, aproveitando a oportunidade que dois eventos mundiais que se realizam na capital gaúcha possibilitam: o Fórum Mundial de Educação (de 24 a 27 de outubro) e o Fórum Social Mundial (de 31 de janeiro a 5 de fevereiro). A idéia, encampada pela Prefeitura de Porto Alegre e diversas entidades, partiu do escritor Jéferson Assumção e do coordenador do Livro e Literatura da Secretaria Municipal de Cultura, Mauro Gaglietti.

A Prefeitura já fez um esboço do projeto e estuda, junto a parceiros, um local para instalação da biblioteca. Cada brasileiro, chinês, canadense, russo, árabe, indonésio, francês, argentino, espanhol, queniano, neo-zelandês, finlandês ou de onde vier está sendo convidado a trazer pelo menos um livro para que a construção dessa biblioteca. "No 1º Fórum chegaram as pedras. Elas vieram de várias partes do planeta para simbolizar o alicerce deste novo mundo possível. Agora são os livros", explicou Assumção no lançamento.

Todos os participantes do Fórum Mundial de Educação e do Fórum Social Mundial estão convidados a trazer pelo menos um livro. O Gigantinho será um primeiro local de recolhimento do material, que deverá vir na primeira parte da campanha. A segunda será só no final de janeiro, durante o FSM. Os sítios *www.portoalegre2002.net* e *www.forummundialdeeducacao.com.br* o também estão desencadeando a campanha mundial de arrecadação de livros, tanto junto aos intelectuais que virão aos dois Fóruns (convidados a deixar exemplares de suas obras autografadas), quanto junto aos delegados. Eles estão sendo convidados a trazer um livro, ou mais, sobre o que melhor representa a cultura de seu país, cidade, etnia etc.

### *Todos os saberes*

Há também uma outra forma de participar. Quem não puder estar em Porto Alegre, mas quiser enviar seus livros (editoras, escritores ou leitores do mundo todo) poderá mandá-los por Correio a Porto Alegre. O projeto inclui que, após o Fórum Social Mundial, se ocupe espaço adequado para a instalação do Mosaico dos Livros. "Uma biblioteca que poderá ser visitada por qualquer cidadão do mundo", conforme frisou o secretário municipal de Educação Eliezer Pacheco, coordenador do Fórum Mundial de Educação. Eliezer também disse que não haveria melhor momento e maior símbolo do que a obra que marcou a trajetória de todos os educadores a partir da década de 60, para inaugurar o Mosaico. "A biblioteca será representativa dos saberes do mundo todo, reunindo o pensamento progressista e internacionalista, comprometido com um mundo melhor, de justiça e igualdade", frisou.

Quem quiser participar do Mosaico dos livros pode levar tanto ao FME quanto FSM um livro sobre os temas relacionados às pautas de discussão dos Fóruns. No Fórum Mundial de Educação: I - Educação como direito, II - Educação, tecnologia e trabalho, III - Educação e culturas e IV - Educação e transformação e utopias. No Fórum Social Mundial, os eixos são: I - A Produção de Riquezas (o trabalho, o comércio, o sistema financeiro e a terra), II - A Distribuição da Riqueza e a Sustentabilidade (a ciência e a técnica, o ambiente e os bens comuns, a exclusão e as pobrezas e as cidades), III - Os Espaços da Sociedade (os espaços públicos, os direitos, a informação e a cultura) e IV - O Poder Político (o poder, as instituições globalitárias, o império e as nações e os conflitos armados).

**Robert Fisk** - jornalista

# Esta não é uma guerra contra o terror

Quando estava cobrindo a ocupação da Rússia no Afeganistão, de tempos em tempos eu costumava dirigir através do Jalalabad e cruzar a fronteira do Paquistão com o Peshawar. A viagem me fazia descansar um pouco da guerra. No cavernoso, imaculado interior do velho Hotel Intercontinental, eu batia minhas histórias numa agonizante máquina de telex, ao lado de um escritório que tinha a legenda "Contador Chefe" na porta.

(...) eu tenho pensado mais sobre os desfiladeiros, os vales e montanhas, as paredes de pedra com mais de quatro mil pés de altura, as cavernas e os túneis que Osama bin Laden cortou através das montanhas. Lá, presumidamente, estão os "buracos" onde o ocidente pretende fulminar o Senhor bin Laden, sempre supondo que ele é tolo o bastante para se refugiar nestas cavernas. Já há uma crença crescente – fundada em nossa própria retórica – que Osama bin Laden e seus guerrilheiros estão debandando, procurando rotas de fuga.

Eu não estou tão certo. Tenho sérias dúvidas sobre o que o Senhor bin Laden está fazendo agora. De fato, eu não estou certo sobre o que nós – o Ocidente – estamos fazendo neste exato momento. Verdade, nossos destróieres, Força Aérea e tropas estão posicionadas na região do Golfo. Nosso garotos já estão escalando o norte do Afeganistão, na região que continua controlada pelas forças do falecido Shah Masoud. Mas o que exatamente estamos planejando fazer? Seqüestrar bin Laden? Bombardear seus campos e matar todos, bin Laden e seus soldados argelinos, jordanianos e sírios.

Ou ele é meramente o primeiro capítulo da nossa nova aventura no Oriente Médio, para ser ampliada mais tarde com a inclusão do Iraque, a expulsão de Saddam Husseim, a destruição do hezbollah no Líbano, a humilhação da Síria e do Irã, a imposição de outro "processo de paz" fraudulento entre Israel e a Palestina?

Se isto parece muito mirabolante, você deveria ouvir as declarações que estão vindo de Washington e de Tel Aviv. Enquanto a filial do Pentágono conhecida como New York Times sugere que Saddam deve ser o segundo capítulo da intervenção norte-americana, os israelenses pretendem escalar o Líbano – o "centro do terrorismo internacional", de acordo com o primeiro ministro de Israel, Ariel Sharom – para um bombardeio ou dois, junto com o "grupinho sujo" de Yasser Arafat na Faixa de Gaza, onde os israelenses descobriram, de forma mirabolante, diga-se de passagem, uma pequena célula da organização de Laden.

Os árabes, é claro, também querem pôr um fim no terror. Mas eles gostariam de incluir alguns outros nomes. Palestinos gostariam de ver o senhor Sharon apanhado pelo massacre de Sabra e Chatila, um massacre terrorista posto em prática pelos aliados libaneses de Israel – que foram treinados pelo exército israelense – em 1982. Com 1.800 mortos, a contagem é um quarto do número de assassinados em 11 de setembro. Sírios em Hama gostariam de incluir na lista de terroristas Rifaat Al-Assad, o irmão do antigo presidente, pelos assassinatos em massa perpetuados pelas Brigadas de Defesa na cidade de Hama, no mesmo ano. Com 20.000 mortos, esta barbárie teve mais que o dobro da taxa de morte de 11 de setembro.

Reprodução

Os libaneses gostariam de efetuar perseguições pelos escritórios do governo de Israel, que planejaram a invasão do Líbano em 1982, responsável pela morte de 17.500 pessoas, a maioria deles civis – novamente, bem acima do dobro das estatísticas de 11 de setembro. Cristãos sudaneses desejariam que o presidente Omar al-Bashir fosse julgado por genocídio.

Mas, como os americanos tornaram claro, é de seus próprios terroristas que eles estão atrás, não os terroristas de seus amigos ou os terroristas que estão massacrando populações fora da esfera de interesses americanos. Até mesmo os terroristas que vivem confortavelmente dentro dos Estados Unidos e não atacaram americanos estão seguros: pegue, por exemplo, o militante pró-Israel que assassinou os dois soldados irlandeses da ONU no sul do Líbano, em 1980, e que agora vive em Detroit, depois de voar tranqüilamente de Tel Aviv para a América. Os irlandeses possuem o nome e o endereço, caso o FBI esteja interessado – mas é claro que eles não estão.

Então nós não estamos combatendo o terrorismo mundial. Nós fomos convidados a combater os inimigos dos Estados Unidos. Se isto significa atacar os responsáveis pela tragédia em NY, poucos serão contra. Mas isto traz a questão de por que estes milhares de inocentes são mais importantes – mais dignos de nosso esforço ou sangue – de que de todos os outros milhares de inocentes que tombaram no resto do mundo. E isto traz à tona uma questão ainda mais perturbadora: se o crime contra a humanidade cometido nos Estados Unidos em 11 de setembro é para ser retribuído com justiça ou o governo norte-americano pretende apenas um ataque brutal na região com a intenção de estender ainda mais seu poder político no Oriente Médio.

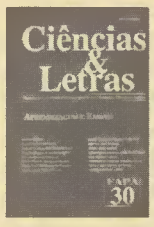
De outra forma, estão nos pedindo para apoiar uma guerra cujos objetivos parecem ser tão confusos quanto secretos. Nós estamos sendo informados pelos norte-americanos que esta será uma guerra diferente de todas as outras. Mas uma das diferenças é de que nós não sabemos quem vamos enfrentar ou por quanto tempo. Certamente, nenhuma nova iniciativa política, nenhum real engajamento político no Oriente Médio, nenhuma justiça neutra irá servir a este conflito. O desespero, a humilhação e o sofrimento das pessoas no Oriente Médio não figuram entre os objetivos desta guerra – apenas o desespero, a humilhação e o sofrimento dos europeus e norte-americanos.

Quanto ao Senhor bin Laden, ninguém acredita que o Taliban é genuinamente ignorante de seus esconderijos. Ele está no Afeganistão. Mas ele realmente se refugiou de forma definitiva? Durante a guerra contra a Rússia, ele emergia para combater os invasores soviéticos, para atacar a segunda superpotência mundial. Ferido seis vezes, ele era um mestre das táticas de emboscada, como os russos descobriram para o seu próprio azar. Maligno e desumano não chega perto de descrever o massacre nos Estados Unidos. Mas – se foi obra do Senhor bin Laden – isto não significa que ele não lutará novamente. E ele estará lutando em casa. Há muitos desfiladeiros escuros que precisaremos transpor. E inúmeros rifles baratos que dispararão contra nós. E está não será uma "nova guerra", afinal de contas.

## ORELHA

**Pais da TV**
**A história da televisão brasileira**
Gonçalo Jr.
Pais da TV retrata a história do início da TV no Brasil, seu desenvolvimento em plena ditadura militar, a censura, a influência da audiência nas programações e a atuação da mídia TV na vida dos brasileiros. Conrad, 400 p. R$ 45,00.

**A última trincheira**
Fábio Pannunzio
O livro é um romance-reportagem que mostra o drama humano dos integrantes da FARC, analisa o que significa entregar a vida em nome de um ideal e viver nas condições precárias em que vivem. Record 224 p R$ 28,00.



**Ciências & Letras 30**
Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras
Esta edição de Ciências e Letras tem como tema Aprendizagem e Ensino. Os artigos tratam de novas alternativas para a ação pedagógica escolar. 215 p.

## WWW

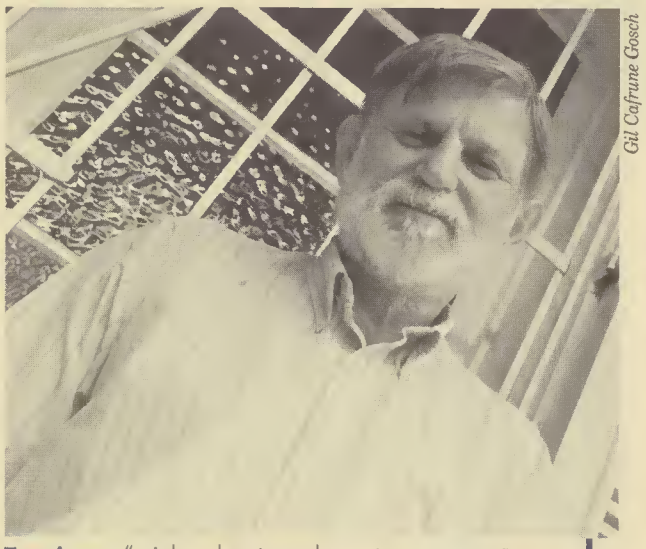
**Pacifismo**
www.pacificnews.org
A Pacific News Service é uma ONG dedicada à divulgação das atrocidades de guerra. Contém boas matérias sobre o conflito no Afeganistão.

**Jornalismo**
www.fair.org
Sítio da revista FAIR. Tendo como colaborador o ativista Norman Solomon, a FAIR fiscaliza e critica os abusos praticados pelos meios de comunicação.

# "A globalização é uma opressão diluída, anônima e asséptica"

**Nascido em Santa Maria, em 1933, o poeta Armindo Trevisan foi escolhido pela Câmara Rio-Grandense do Livro patrono da 47ª Feira do Livro de Porto Alegre. Sua formação, religiosa e humanista é sólida e às custas de ter ingressado aos dez anos de idade no Seminário dos Padres Palotinos. Cursou Teologia no Colégio Máximo Palotino. Em 1958 partiu para a Europa onde se dedicou a estudar a história da arte. Em 1964, recebeu seu primeiro prêmio nacional de poesia, com "A surpresa do ser". Em 1970 pediu dispensa dos votos religiosos, mas não abandonou a temática em sua poesia. Tanto que, nessa Feira do Livro, lançará um inédito com poemas produzidos nos últimos dez anos, A Serpente na Grama, e uma antologia dos melhores textos líricos da Bíblia. Os ensaios de Trevisan, fundamentalmente sobre artes visuais e reflexões sobre a poesia, tratam de iniciação à leitura poética e escultura dos Sete Povos, entre outros. Vem nessa linha seu livro mais conhecido, Como Apreciar a Arte (1992), e que já vendeu cinco mil exemplares – "uma coisa surpreendente", segundo o autor. Frente às dificuldades editoriais, montou uma editora, a Unipron, que desde 1995 publica sua obra. Tem 12 livros de poesia publicados.**

*Jéferson Assumção*



Gil Cafrune Gosch

**Trevisan:** "minha obra tem alguns temas que não tinham sido especialmente tratados no Rio Grande do Sul. Por exemplo, o filosófico, o religioso e até o erótico"

AD verso - ***O que significa para o senhor ter sido escolhido patrono da Feira do Livro de Porto Alegre?***

***Armindo Trevisan -*** Eu acho que a escolha de um patrono da feira do livro tem dois objetivos. Um é homenagear um escritor que tenha produzido uma obra que possa ser útil, que possa, digamos, entrar na memória do Rio Grande do Sul e, eventualmente, do Brasil. Acho que escolhem um indivíduo que já tem uma obra estruturada. Então a primeira finalidade me parece ser homenagear o trabalho do escritor, que é árduo e custa a ser reconhecido, e com isto tornar o escritor símbolo de todos os escritores. Acho que, aí, há um desejo de valorização do escritor e de sua responsabilidade social. Em segundo lugar, entendo que a Câmara Rio-grandense do Livro queira também com isso incentivar a leitura, permitindo que essa figura do escritor, que às vezes é longínqua e solitária, de repente esteja em um caráter de intimidade com qualquer leitor. Eu mesmo estou disposto a isso, a aceitar que uma criança, um jovem, um adulto, um idoso, queiram conversar, queiram saber como é o trabalho de um escritor.

***Adverso - Como o senhor define sua obra? Que lugar ela ocupa no restante da literatura rio-grandense?***

***Trevisan -*** Não tenho condições de me auto-avaliar, porque é uma coisa difícil. Aliás, sempre cito um ditado latino "toda a comparação é odiosa", porque favorece um ou outro. Acho que a minha obra tem alguns temas que não tinham sido especialmente tratados aqui no Rio Grande do Sul. Por exemplo, o tema filosófico, o tema religioso e até o tema erótico, que aparecia muito implícito, mas não de uma forma mais aberta como na minha poesia. Então,

> ***"O poeta não é alienado. O poeta é um homem que tem os pés na terra"***

talvez eu tenha trazido para a poesia gaúcha alguns elementos que podem ser fecundos para gerações atuais e futuras, no sentido de ampliar nosso leque de possibilidades expressivas, que já é muito grande. Talvez, por alguns aspectos é possível, não digo que abri um caminho, mas dou um frisson novo a temas que já são tratados. É possível que de repente essas sementes possam germinar.

***Adverso - O senhor também escreve uma poesia com temáticas sociais. O compromisso do escritor, principalmente o brasileiro, ou latino-americano, excede, na sua opinião, o fazer literário em si?***

***Trevisan -*** Para mim, excede. A literatura é uma das formas mais altas de humanismo, entendendo-se o humanismo como uma consciência muito aguda e muito concreta dos verdadeiros direitos do homem e de suas verdadeiras necessidades, portanto contrapostas à alienação, ao consumismo e a um neomaterialismo, que usa a maquiagem da globalização, mas que no fundo é uma nova opressão, só que diluída, anônima e asséptica. Asséptica porque as decisões, hoje, não são tomadas em bunkers, ou em palácios, mas em salas extremamente planejadas pelos arquitetos modernos, com todos os meios da informática e normalmente por uma equipe de tecnocratas que não está preocupada com as conseqüências de suas decisões. Por exemplo, por necessidades econômicas, se demitem dez mil operários de uma indústria e pronto.

***Adverso - O poeta tem algum papel nesse debate?***

***Trevisan -*** Acho, sinceramente, que o poeta não é nada alienado, que o poeta é um homem que tem os pés na terra. Se não tiver os pés na terra nem é poeta. Essa idéia de que poeta vive numa torre de marfim pode até

> ***"A literatura é uma das formas mais altas de humanismo"***

ter correspondido a certas épocas, em que se fazia da literatura um puro jogo, mas, hoje, eu duvido que um poeta não tenha, não a intenção de mudar o mundo, por ação revolucionária, porque nesses casos, alguns poetas se fazem revolucionários, como Ho Chi Min, Mao Tse-tung e dezenas de outros, mas eles têm a intenção de, pelo menos, expor, de fazer o que faziam os profetas do Antigo Testamento: denunciar.

***Adverso - O que o senhor tem escrito, neste sentido?***

***Trevisan -*** Um livro que vai ser publicado daqui a três anos tem essa poesia do cotidiano, em que eu mostro a irracionalidade da nossa vida, digamos assim, a zombaria que se faz dos direitos elementares das pessoas, a alienação que se introduz na tecnologia, quando, de repente a gente está usando a tecnologia mais refinada com intenção as mais baixas, com a lógica pura e simples do lucro. Por exemplo, um meio de comunicação devia servir para vencer a solidão das pessoas, para possibilitar um maior encontro, um maior debate, um maior amadurecimento, mas ele se torna, justamente, um objeto de incomunicação.

***Adverso - Como o senhor interpreta reações a essa cultura homogênea, a essa concepção de indústria de arte e comunicação voltada para o lucro e para satisfazer as massas?***

***Trevisan -*** Acho importantíssimas porque desmascaram a respeitabilidade que os movimentos reacionários e neocapitalistas procuram ter. Quando se inventa um Fórum como o de Davos, a imprensa mundial faz eco, para dar a impressão de que tudo isso é concebido em função de uma nova sociedade mundial, mais justa e mais ordenada. Mas o que a gente vê é que tudo isso resulta em maiores dificuldades para a maioria das pessoas. Então, acho sensacional, por exemplo, um fórum alternativo, como o Fórum Social Mundial, onde se desmascare isso, onde se diga a verdade, onde vêm especialistas do mesmo nível de Davos, que dialogam com os mesmos especialistas e até com megainvestidores, como Soros, dizendo o que pensam, diretamente, para o Soros, acho isso sensacional. Acho que estão se realizando aquelas palavras de Walter Benjamin: "quanto mais cresce o perigo, mais a humanidade descobre os meios de neutralizar esses perigos".

***Adverso - Qual sua opinião sobre as administrações populares de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul?***

***Trevisan -*** Comparo esse trabalho feito em um espaço limitado, pequeno, com a pesquisa in vitro, em laboratório, de uma cultura cancerígena. Se tu consegues curar naquele espaço pequeno, podes, depois, curar todo o organismo. Estou acompanhando essas experiências com extremo interesse porque acho que com elas nós vamos dar passos concretos para solucionar problemas que hoje nos parecem insolúveis, como a distribuição da renda mundial, a coordenação da produção de riquezas ocasionadas pelos novos meios de produção e não distribuídas. Temos que pensar nessa espécie de contradição. Se o capitalismo, por um lado, produz mais e mais bens, por outro empobrece mais e mais as pessoas. Vamos chegar a um momento em que teremos de um lado as mercadorias acumuladas e de outro os pobres famintos. O próprio capitalismo, como sistema produtivo, está condenado à morte, dessa maneira. Temos que encontrar formas para sair disso e eu acho que experiências como a de Porto Alegre são bem interessantes. Tenta-se abordar saneamento, educação, saúde pública, distribuição de determinados bens concretos, OP... São experiências extremamente concretas e vão nos fornecer as pistas para solucionar problemas do Estado. Por isso não podemos aplicar os mesmos critérios de avaliação da administração popular de Porto Alegre ao Estado, porque no Estado é a primeira experiência, nem sabemos o que vai acontecer. É uma coisa que exige, no mínimo, outros 12 anos de experiência. Acompanho isso atentamente e acho que nós intelectuais temos que nos manter atentos e críticos para sugerir mudanças de rumo, trocas de técnicas, soluções novas, porque as coisas devem avançar com seriedade, mas devagar, pois nem sempre se pode acertar num primeiro momento. Acho que aí o escritor, o romancista, tem um material muito grande. Ele tem que acompanhar tudo isso.